

INTRODUÇÃO

GUAÍRA-SP

As atividades do Diagnóstico tiveram início em janeiro deste ano e serão realizadas nos próximos quatro meses, com metodologias de diagnóstico ágil e participativo, a partir da contribuição de diferentes programas, projetos e serviços do município que desenvolvem ações direcionadas ao público infanto-juvenil.

Sob condução de uma Comissão Intersetorial criada especificamente para esse fim, serão coletadas diversas informações, de fontes públicas e locais, que fornecerão elementos para análise: atendimentos da educação, da assistência social, de saúde e situações de violações e violências identificadas conselho tutelar são alguns exemplos.

Ao final, o CMDCA elaborará, de modo participativo, um Plano Municipal apontando as prioridades para os próximos anos. As informações e os trabalhos podem ser acompanhados pelo endereço <https://guairamunicipiovivo.com.br>, onde mais de mil indicadores públicos estarão disponíveis para consulta. Para o desenvolvimento dessas e outras atividades o Conselho contará com a assessoria da empresa ORION Soluções em Gestão.

Dentre os resultados previstos, estão a qualificação para o trabalho em rede e a ampliação da compreensão do CMDCA do nível de acesso de crianças e adolescentes aos direitos básicos e à proteção integral, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O Plano de Ação, ao final do percurso, favorecerá a implementação ou o incremento das políticas de promoção, proteção e defesa de direitos existentes.

A princípio, formalizou-se a composição a Comissão Técnica de Organização e Elaboração do Diagnóstico da Criança e do Adolescente do Município de Guaíra-SP, composta pelos seguintes representantes setoriais:

Sandra Regina Guilherme de Barros	Representante Assistência Social
Nayara Marcelino de Almeida Arantes	Representante Assistência Social
Juliana Gonçalves da Silva	Representante Conselho Tutelar
Daniele Gonçalves de Oliveira	Representante Poder Público - CMDCA
Osmarlei dos Santos Giagio	Representante Sociedade Civil - APAE
Juliana Gonçalves da Silva	Representante do Conselho Tutelar
Maria Cecília Ávila Rocha	Representante Poder Público Saúde
Maiza Teles Paiva Sanches	Representante Poder Público Esporte
Monize Paiva Fernandes	Representante Poder Público Educação
Nadiege da Silva Santana de Freitas	Representante Santa Casa de Guaíra
Paula Andre de Oliveira	Representante Tribunal de Justiça
Tatiana Aparecida da Silva	Representante Tribunal de Justiça
Kevin Shimoyama	Representante OAB
Gracia Regina dos Santos Casado de Lima	Representante Casa Cidadania Secretaria Executiva
Marcia Matsumoto Gonçalves	Representante do CMDCA Coordenadora- SOGUBE

Composição da Comissão de Diagnóstico.

Fonte: [Diário Oficial Eletrônico - Município de Guaíra \(guaira.sp.gov.br\)](https://diariooficial.guaira.sp.gov.br) publicado em 24/02/2023.

Foram realizadas duas reuniões remotas síncronas nos dias 13/01/23 e 24/02/23, contemplando como objetivos: a apresentação da Comissão e da equipe da Orion, a partilha de relatos e experiências sobre a pertinência do diagnóstico, a apresentação da metodologia, das ferramentas que serão utilizadas no diagnóstico e a apresentação do Portal de Indicadores Município Vivo.

OFICINA DE ALINHAMENTO DE PROCESSO – GUAÍRA-SP



No dia **10/03/2023** reuniram-se no CERECA – Centro de Recuperação do Alcoolista, atendendo ao convite da Comissão Municipal de Diagnóstico da Criança e do Adolescente de Guaíra, os seguintes participantes:

Daniele G. de Oliveira – CREAS
Danilo G. de Oliveira – Departamento de Esportes
Francielli Silva - CREAS
Juliana Gonçalves da Silva – Conselho Tutelar
Márcia Matsumoto Gonçalves – SEGUBE/ CMDCA
Marlei dos S. Giagio – APAE
Maria Adriana B. de Oliveira – Diretoria de Assistência e Inclusão Social
Nadiegue da S. Santana de Freitas – Santa Casa de Guaíra
Roberta P. R. Natano – Diretoria de Assistência e Inclusão Social
Sandra R. Guilherme de Barros – CRAS 2

A atividade teve com objetivo definir coletivamente as perguntas prioritárias do Diagnóstico e fortalecer a liderança da Comissão de Diagnóstico durante o processo.

Foi proposto pelo facilitador Sérgio Rapozo Calixto um exercício de reflexão sobre a **Linha do Tempo** percorrida até chegar àquele momento, pontuando fatos que foram importantes para a política da infância e culminaram com a realização do diagnóstico.

Os presentes lembraram a municipalização dos Centros de Educação Infantil (2005), a chegada do IORM (2010), a implementação do Marco Regulatório do Terceiro Setor no município (2014-2015), a inativação do Núcleo CADIS (2016), a implementação da Escuta Especializada (2017), as Escolas Estaduais em período integral (2021), dentre outros.

Foi esclarecido ainda que desde o ano de 2017 conversam sobre a importância da realização de um diagnóstico e da implantação da vigilância socioassistencial. É reconhecida a necessidade de dados para justificar a definição de objetivos.

Entretanto, as mudanças de gestão impactam nos planejamentos, pois dados importantes são perdidos. Com o diagnóstico, espera-se que tais informações sejam preservadas e haja **continuidade** das ações.



“Os dados não podem ser dos setores, eles têm que ser da rede.”

Além disso, na percepção do grupo, Guairá é uma cidade “fora da curva”, pois ouvem de diferentes profissionais que os índices de violações de direitos, em comparação com outros locais, são muito altos. Um exemplo disso é a quantidade de adolescentes aos quais foi atribuída a autoria de atos infracionais. O mesmo ocorre em relação às demandas do CAPS, serviço de atendimento em saúde mental.

A participação em comitês e em comissões está abaixo do esperado, nota-se o esvaziamento dos espaços de participação coletiva, o que atribuem à alta rotatividade dos profissionais. Essa rotatividade também ocorre em setores de referência na rede de proteção à infância, como no Ministério Público, por exemplo, o que gera preocupações.

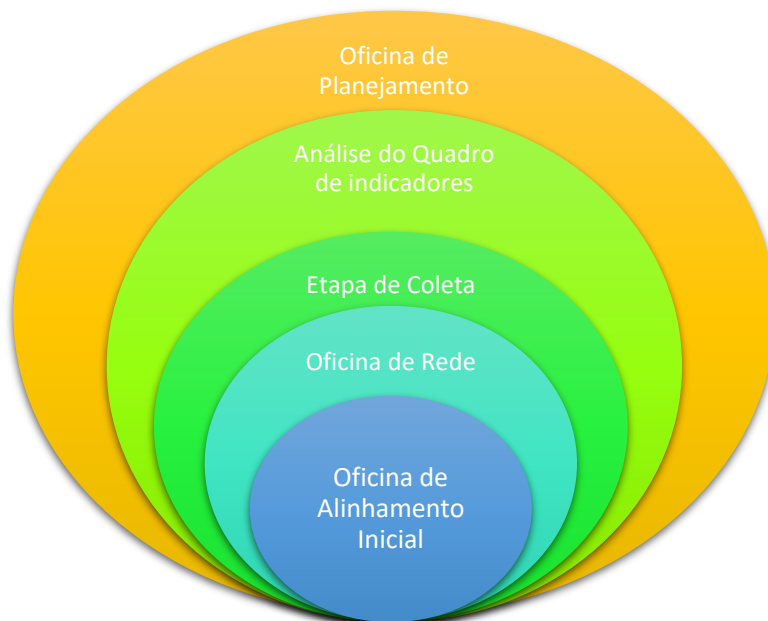
O grupo manifesta suas expectativas de que o diagnóstico forneça a tecnologia social para análise de **dados reais**. Anseiam por um **direcionamento** para colocar em prática o diagnóstico. A importância da obtenção de informações de qualidade e confiáveis, que norteiem o **planejamento**, é evidenciada.

Há ainda expectativas por **respostas** às suas perguntas, por **confirmações** de suas hipóteses, pelo efetivo **atendimento às demandas** e uma maior **integração e fortalecimento da rede** a partir de **bons diálogos**.



A etapa seguinte foi de **Alinhamento do Processo de Diagnóstico**. A facilitadora Lícia Fígaro apresentou as etapas a serem percorridas durante o processo de diagnóstico.

AS ETAPAS DO DIAGNÓSTICO:



Os participantes esclareceram dúvidas quanto às etapas, procedimentos e ferramentas a serem utilizadas. Os links das planilhas de coleta foram compartilhados e em consenso, pactuou-se a realização de uma atividade remota específica para tirar dúvidas relacionadas às planilhas de coleta.

A Comissão dispôs-se à articulação necessária para a obtenção dos dados durante a fase de coleta, que terá duração aproximada de um mês. Até lá, os participantes foram convidados a visitarem a página do diagnóstico e explorarem os indicadores já existentes.

O portal Município Vivo contém mais de mil indicadores públicos, agrupados de diferentes formas, por tipo de políticas públicas, áreas temáticas, indicadores da infância e adolescência dentre outros e já se encontram disponíveis no link:

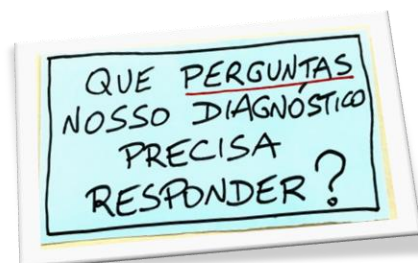
[Home - Guaíra Município Vivo \(municipiovivo.com.br\)](http://municipiovivo.com.br)

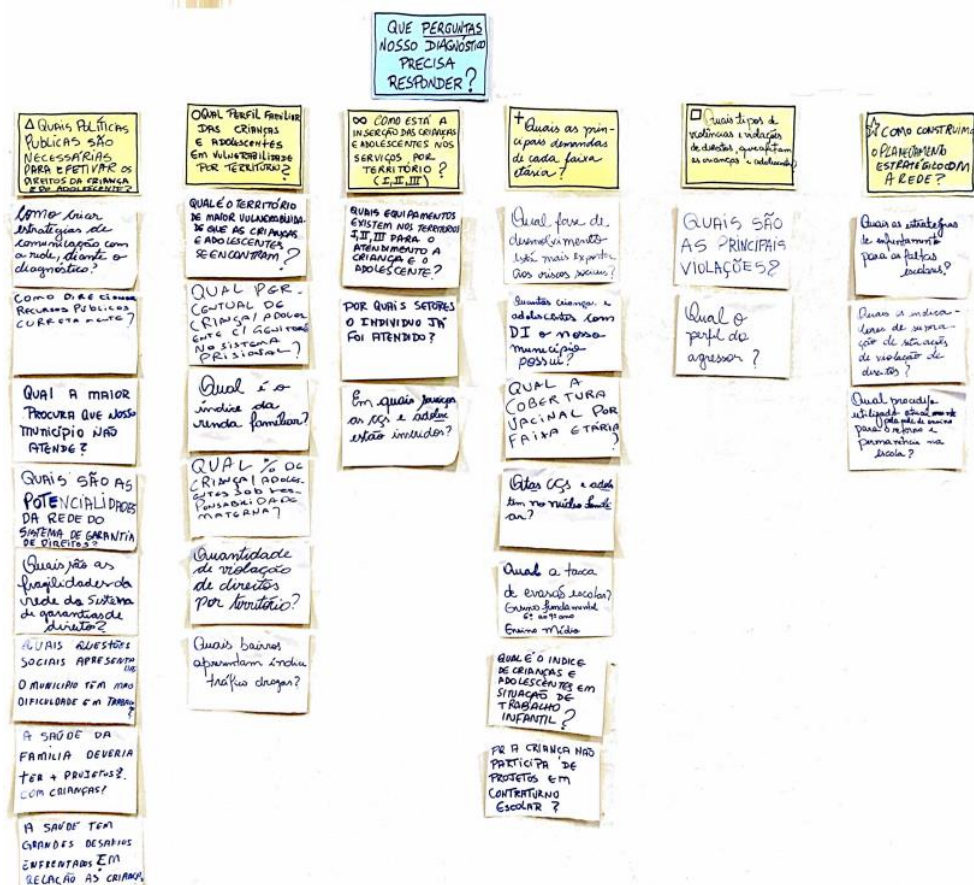
DEFINIÇÃO DE PERGUNTAS PRIORITÁRIAS:

Em seguida, a oficina prosseguiu de acordo com os pressupostos da metodologia participativa. O grupo foi convidado a refletir e registrar, individualmente, quais perguntas o diagnóstico precisará responder.

A partir daí, as perguntas foram fixadas e reorganizadas em um painel de acordo com a afinidade de conteúdo.

Em seguida, os participantes elaboraram títulos para as colunas, definindo assim as perguntas prioritárias.





PERGUNTAS PRIORITÁRIAS:

1. Quais políticas públicas são necessárias para efetivar os direitos da criança e do adolescente?
2. Qual o perfil familiar das crianças e adolescentes em vulnerabilidade, por território?
3. Como está a inserção de crianças e adolescentes nos serviços, por território?
4. Quais as principais demandas de cada faixa etária?
5. Quais tipos de violências e violações de direitos afetam as crianças e adolescentes?
6. Como construímos o planejamento estratégico com a rede?

PRÓXIMOS PASSOS:

Cabe aos operadores dos direitos e autores do diagnóstico definir conjuntamente com a rede de atendimento **quais conhecimentos e informações são necessários** para que se possa **ampliar a compreensão** acerca da realidade das crianças e adolescentes no município.

Para a próxima etapa, a rede de atendimento de crianças e adolescentes será convidada a opinar sobre o diagnóstico e suas prioridades, compondo e complementando as perguntas já elaboradas.

Quais dados serão necessários para responder às perguntas prioritárias? Onde eles estão? Quem poderá contribuir?

Estão todos convidados!